

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO**

URGENTE

Proc. 00.2006.225.786-4
Livro 88
Fls. 79/80

Distribuição urgente.
Pedido de tutela antecipada

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC .br**, pessoa jurídica de direito
privado, sem fins lucrativos (doc.01), inscrito no CNPJ/MF sob o nº
05.506.560/0001-36, com sede na Av. das Nações Unidas nº 11.541-
7º andar, Brooklin, São Paulo e Cep: 04578-000, por seu Diretor-Presidente,
Prof. Dr. Demi Getschko (doc. 02), com endereço especial no local acima
indicado, através de seus advogados e bastantes procuradores, que a
presente subscrevem, conforme procuração anexa (doc. 03), onde consta
endereço para intimações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Excelência, ajuizar **AÇÃO CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE
FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA c.c.
INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS** em face de **RONALDO
CARDONETTI**, portador da cédula de identidade RG nº 12.247.318-
SSP/SP, com endereço na Rua São João Batista, 119 - Cambuci, São Paulo
e CEP: 01527-010, **JAN STRUIVING**, de nacionalidade e estado civil
ignorados, técnico em informática, portador da cédula de identidade para
estrangeiros RNE W024569-Q(PF) e inscrito no CPF/MF sob o nº
201.978.619-20, com endereço na Travessa Alcídio Rocco, 5 - Afonso
Pena, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná - CEP 83045-
160 e **JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, inscrita no CNPJ/MF sob o
nº 03.993.866/0001-39, com sede na Rua México nº 37, conjunto 4, na
cidade de Curitiba/PR, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

03

I - BREVE HISTÓRICO DA INTERNET NO BRASIL

A primeira regra que, no Brasil, cuidou do assunto da Internet, embora de forma não tão precisa, quanto necessário, foi a Norma 004/95 (doc. 04), aprovada pela Portaria n.º 148 do MC, de 31 de maio de 1995 (doc. 05). Esta Portaria regulamenta o uso de meios da rede de telecomunicações para o provimento e utilização dos Serviços de Conexão à Internet.

Acontece, porém, que o interesse público pela Internet foi ganhando proporções tão grandes, a ponto de o Governo brasileiro se convencer da necessidade de acompanhar e coordenar as atividades que estivessem ligadas à rede mundial, mais especificamente relacionadas às telecomunicações, informática e outras matérias acessórias.

Assim, o Ministério das Comunicações em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, decidiram criar o Comitê Gestor, com o objetivo de acompanhar o provimento de serviços, estabelecer recomendações, emitir pareceres, coletar, disseminar e organizar as informações sobre a Internet no Brasil.

Essa providência deu seqüência ao papel pioneiro desempenhado pela comunidade acadêmica brasileira na implantação da Internet no Brasil.

Em 1995, através da Portaria Interministerial n.º 147/95 (doc. 06), do Ministério das Comunicações – MC, e do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, foi criado o Comitê Gestor da Internet do Brasil e ratificado e alterado pelo Decreto Presidencial n.º 4.829 (doc. 07), de 03 de setembro de 2003, com as seguintes atribuições: estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil; estabelecer diretrizes para a organização das relações entre o Governo e a sociedade, na execução do registro de Nomes de Domínio, na alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e na administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível (ccTLD - country code Topel Level Domain), ".br", no interesse do desenvolvimento da Internet no País.

A Portaria Interministerial MC/MCT n. 147, de 31.05.1995, ao criar o Comitê Gestor da Internet do Brasil, outorgou-lhe competência para assegurar qualidade e eficiência nos serviços da Internet do Brasil e garantir justa e livre competição entre os interessados e a

AB

manutenção de padrões de conduta de provedores e usuários da Internet brasileira. Foi, então, escolhida a FAPESP para colaborar nos serviços de registros de nomes de domínio e atribuição de endereços na Internet do Brasil.

No uso dessas atribuições que lhe foram conferidas, o Comitê Gestor fez expedir a Resolução nº. 001/98 (doc. 08), através da qual estabeleceu critérios e condições para o registro de nomes de domínio, obrigações do requerente e do usuário, além de outras providências.

Desde o início, as atividades de registro de nomes de domínios eram realizadas através do endereço eletrônico: <http://registro.fapesp.br>.

No entanto, para diferenciar as atividades delegadas à FAPESP daquelas constantes nos seus objetivos estatutários e no Decreto nº 40.132/62, instituiu-se o departamento responsável pelas atividades de registro e manutenção de nomes de domínio, denominando-o **REGISTRO.br**. Para tanto, em **21 de fevereiro de 1999**, criou-se o endereço eletrônico '<http://registro.br>' (doc. 09).

Através desse endereço, a FAPESP disponibilizava meios para que todos os usuários do país registrassem seus domínios sob o ccTLD ".br".

A partir do momento da criação do endereço eletrônico <http://registro.br>, o Comitê Gestor da Internet no Brasil passou a adotar a denominação **REGISTRO.br**, para toda e qualquer menção ao departamento de registro de domínios.

O **REGISTRO.br** ganhou notoriedade nacional, fazendo com que o órgão responsável pelas atividades de registro e manutenção de nomes de domínio, bem como distribuição de endereços IPs, fosse conhecido tão somente por essa denominação.

Muito embora o tempo de sua duração o desdissesse, ao assumir o compromisso do exercício das atividades que o Comitê Gestor lhe conferiu através da Resolução CGL.br nº 002/98, a FAPESP deveria fazê-lo em caráter transitório.

Assim é que, sensível a tudo o que dispõe o Decreto 4.829/03, o CGI.br editou, em 5 de dezembro de 2005, a Resolução nº 001/2005 (doc. 10), atribuindo ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR-NIC.br, as atividades de registro de nomes de domínio, alocação de endereços IP (Internet Protocol) e a administração relativa ao Domínio de Primeiro Nível até então executadas pela FAPESP, revogando, neste mesmo ato, a Resolução nº 002/98, que atribuía competência à FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo para exercer as atividades de registro de nomes de domínio.

II- DA POSSIBILIDADE DE ENTIDADE JURÍDICA SER VÍTIMA DE DANOS MORAIS E DE DIFAMAÇÃO

As difamações imputadas ao NIC.br e também ao REGISTRO.br que serão elencadas e comprovadas logo mais, mostrarão que o NIC.br vem sendo diretamente atingido pelas ofensas que lhe são desferidas pelos réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti.

Dúvida não há sobre a possibilidade de entidade jurídica ser vítima de danos morais, difamação ou até mesmo injúria, posto que poderá ter sua reputação e idoneidade abaladas.

Eis o que, a respeito, diz o Tribunal de Justiça de São Paulo, na Apelação Cível nº 090.243-4/7-00 (doc. 11):

"Todavia, a doutrina e a jurisprudência, mais modernas, estão se firmando no sentido de que a pessoa jurídica, com ou sem fim lucrativo, tal qual a pessoa natural, por ser dotada de personalidade jurídica, é passível de sofrer dano, com abalo de crédito, perda de credibilidade perante o público consumidor, violação de seu nome ou outros sinais de identificação."

Destacando-se, a respeito da matéria, a lição do eminente Professor e Desembargador YUSSEF SAID CAHALI, na sua consagrada obra "DANO MORAL":

'Com efeito, na amplitude do conceito de dano moral como vem sendo hoje reconhecido, os valores extrapatrimoniais ou morais tutelados pelo direito por via da reparação civil não mais se encontram confinados nos limites da 'dor', do 'sofrimento', da 'angústia', sentimentos realmente próprios do ser humano como pessoa física.

Assim, para Pontes de Miranda, 'também é indenizável o dano não-patrimonial a pessoas jurídicas; desde que, com o dinheiro, se possa

restabelecer o estado anterior que o dano não-patrimonial desfez, há indenizabilidade do dano não-patrimonial; se houve calúnia ou difamação da pessoa jurídica e o efeito não-patrimonial pode ser pós-eliminado ou diminuído por algum ato ou alguns atos que custam dinheiro há indenizabilidade.'

Igualmente, Carlos Alberto Bitar: 'Com respeito a pessoas jurídicas, também são suscetíveis de figurar na relação (de titularidade), de vez que se lhe reconhecem direitos da personalidade; de fato, para a respectiva identificação de seus produtos, bem como para a sua individualização e a preservação de seus valores básicos, inúmeros direitos dessa ordem compõem a sua essencialidade, merecendo, pois, o amparo jurídico.

...

A seu turno, a jurisprudência mais atualizada vem se orientando no sentido de que as entidades coletivas estão dotadas dos atributos de reputação e conceito perante a sociedade, e, por conseguinte, são passíveis de difamação, desde que a manifestação possa abalar tais atributos, admitindo assim a reparação do dano moral sofrido pela pessoa jurídica.

Assim, afirma-se admissível a indenização por dano moral causado à pessoa jurídica em decorrência de manifestações que acarretem abalo de seu conceito no mercado em que atua, uma vez que o direito à honra e à imagem é garantido pela Constituição, em seu art. 5º, X, cuja interpretação não há que se restringir às pessoas naturais' (Ed. Revista dos Tribunais, 2ª Ed., 1998, pág. 347/350).

Portanto, à luz da disposição constitucional, interpretada de forma liberal, mesmo sendo o sujeito passivo, pessoa jurídica, teoricamente, é possível, se provada a sua concretização do dano moral, a admissão da responsabilidade cível do agente causador e a sua condenação no pagamento de indenização." (Grifos nossos).

Esse posicionamento foi consolidado na Súmula nº 227 do Superior Tribunal de Justiça que dispõe: "**a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.**"

III. DOS FATOS

O NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.br veio a saber que através do site www.interjuris.com.br de responsabilidade do réu JAN STRUIVING e de titularidade da ré JORNAL FOLHA DE BACACHERI (doc. 12), o réu JAN STRUIVING vem assacando uma série de difamações contra o NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.br e

REGISTRO.br, conforme comprova Ata Notarial lavrada pelo 26º Tabelião de Notas de São Paulo (doc. 13), são elas:

"As denúncias encontram-se atualizadas. Clique aqui: www.abusando.org
Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Domínios na Internet

"Ocorre que toda a estrutura e a infra-estrutura montadas a partir do Comitê Gestor Internet do Brasil padecem de uma grave insuficiência jurídica. Com efeito, a portaria interministerial em questão não possui lastro ou fundamento legal". (veja parecer de procurador).

Denúncia: Fraude milionário em leilão de domínios da Fapesp. (clique [aqui](#))

Dúvida: Será que existe alguma relação entre os míseros R\$ 200 mil da mala do Dep. José Dirceu em Londrina PR, noticiada pela mídia; do ridículo cargo de "Notório Saber em Internet" criado por ele e do sumiço dos R\$ 64 milhões do Comitê Gestor Internet?

MENSALÃO NA INTERNET II

Após 32 meses de governo, graças ao "decreto presidencial que viabiliza a inovação da ordem jurídica à margem da lei" [anexo1](#) foi possível extorquir R\$ 64 milhões a uma velocidade de R\$ 2 milhões por mês sob a forma de doação forçada de R\$ 30,00/ano de cada um dos 800 mil internautas. Veja [foto](#) da gang e [integrantes](#).

No término do FHC ainda sobraram 90 milhões [anexo2](#) parados na conta Banespa ag. 105 cc. 72400-2 CNPJ 43.828.151/0001-45 que nos 32 meses seguintes só aumentou míseros 10 milhões (graças aos juros?) [anexo3](#) mas, e os 64 milhões restantes aonde foram parar?

- Para a Receita Federal não existe porque é uma doação.
- Para o Tribunal de Contas também não existe.... é uma doação.
- Nota fiscal também não é fornecido por ser uma doação.....
- Para confundir os trouxas trocaram no Registro.br = Fapesp a palavra "doação" por "serviço público".

WWW.INTERJURIS.COM.BR (os marcados em vermelho são textos recentes)

Mais

uma denúncia: "Olá! Fui vítima dos vigaristas da Fapesp que alegaram que minha CNPJ, de uma hora para outra constou como errada no sistema sendo assim não me deram prazo para eu rever a papelada e me disseram que a solução era eu esperar cancelar os 13 domínios que continha, esperar liberar para registrar de novo. Agora estou no prejuízo enorme perdi domínios de clientes, um site com mais de 10000 visitas por dia e que gerava quase R\$ 100 em programas de afiliados por dia, um servidor de hospedagem que estava em primeiro lugar no google e credibilidade. Agora estou comendo o pão que o diabo amassou graças à esses fdp. Queria mais informações sobre o Registro de M...". O autor gaúcho do texto só pode ser fornecido judicialmente porque o Comitê Gestor Fapesp do Brasil só informa judicialmente quem eles induzem a fazer uma denúncia de suposta irregularidade nos dados cadastrais de forma a dar legalidade nas ações de surrupiar domínios dos internautas pelo Notório Saber do Comitê Gestor Internet Brasil. Clique [aqui](#) e veja quem foi o Assessor da Presidência da Fapesp que o Ex-Min. José Dirceu incluiu no CGLBR

O próximo golpe já está no forno: Mais de 32 mil domínios genéricos de altíssimo valor no mercado como abatedouros.com.br etc. estão sendo estocados durante 10 anos nas ilhas Caimans.br sob o "carimbo" do código secreto "Reservado pelo CG". Alguns como antispam.com.br que estava no último leilão foi para "o processo de transição de edu.br para caimans.br" e outros nem chegam lá, pois são desviados antes para empresas que tem muito dinheiro como o domínio kraft.com.br. Na hora H é só juntar uns acéfalos sob a batuta do [Assessor da Presidência da Fapesp](#) e mudar as regras do leilão de domínios incluindo um alto valor para o lance (de preferência pago antes). Após o leilão é só dissolver o CGI.br/Nic.br, cortar a barba e morar na Rússia.....

O Comitê Gestor Internet Brasil uma figura anômala? "... a pesquisa destaca também que o Brasil não possui uma agência reguladora para a Internet, existindo, em verdade, uma figura anômala em termos de Direito Administrativo, o Comitê Gestor da Internet, que, por sua vez, delegou poderes à FAPESP para promover a liberação de domínios na web. Não sendo o Comitê uma agência reguladora, nem autarquia nem pessoa jurídica com personalidade, tipifica-se a figura anômala" (veja [aqui](#)) Mas porque permanece anômala por 10 anos? Fica mais fácil lavar as mãos no sumiço de R\$ 84 milhões extorquidos dos internautas no governo atual como o fez Pontius Fapesp Pilatus.

Você sabia que o Detran não fornece o Renavan mesmo conhecendo a placa do carro? Também não fornece a placa do carro mesmo conhecendo o nome do proprietário? A Receita ou a Junta Comercial não fornecem o CNPJ e endereço mesmo conhecendo o nome da empresa? Que a divulgação indevida de CNPJ da empresa incentiva a falsários a criarem Notas Fiscais falsas como tem acontecido? E qual é o Comitê que NÃO divulga mais os Webdesigners e Provedores mas somente o CNPJ e endereço das empresas que tem domínios no Brasil só para poder surrupiar domínios genéricos de alto valor no mercado e principalmente de empresas paranaenses?

Tente enviar um e-mail com confirmação de recebimento para o registro.br, para ver se confirmam. Um amigo teve que entregar pessoalmente a documentação da empresa na Fapesp e quase brigou para conseguir um simples recibo de entrega. Um ex-funcionário da Fapesp, nos informou que todas as informações de quem doou R\$ 30,00 através de boleto são apagados do sistema.... Mas mudando de assunto: quem surrupia deixa rastros?

"... questionamento da autonomia da FAPESP para o registro de domínios: seria constitucional um órgão estadual ter autonomia para registrar domínios em abrangência nacional? O poder para realizar tais atos administrativos foi outorgado para o Comitê Gestor pela portaria interministerial MC/MCT no. 147/95, de 31 de maio de 1995, que delegou a atribuição à Fapesp através da Resolução 002. Mas segundo a constituição Federal, só a lei pode criar direitos e obrigações (art. 5º, II da CF/88: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"). Esta nova polêmica surgiu recentemente, mas sem dúvida irá suscitar questionamentos jurídicos em um breve futuro." (clique [aqui](#) p/ ver Autora e texto completo)

"As cortes internacionais têm ensinado que não é adequada, ou não basta, a correspondência entre domínios e marcas". enquanto isto um barbudo da Fapesp inventa o "direito presumido" e decide quem pode e não pode ficar com o domínio no Brasil e ainda administra por ano uns 6 leilões fraudulentas de domínios. (clique [aqui](#))

Porque Carlos Voght, presidente da Fapesp e dono jurídico do registro.br, pode ter uma revista eletrônica www.comciencia.br com final .br e nós pobres internautas só podemos ter ".com.br" ou ".org.br", mas nunca ".br"? Pior ainda, registrou uniemp.br, uniemp.com.br e uniemp.org.br em 02/2003 quando já existia a regra "Não é permitido registrar o mesmo nome em extensões diferentes" veja [aqui](#). Pelo jeito a regra só vale para internautas idiotas como eu.

Após a denúncia Fraude milionário em leilão de Domínios (clique [aqui](#)) a Fapesp finalmente informou publicamente a data do próximo leilão! Mas não na consulta do domínio o que seria lógico e sim em um lugar obscuro do site. A lista de todos os domínios que não passaram no leilão anterior só é divulgada 2 dias antes do próximo! Permitindo que domínios como span.e-antispan.com.br, fiquem reservados para o próximo leilão e derrepente se encontram no estado nirvana de transição de edu.br para ilhas.caimans.br! Será que alguém manipulou? Eu NÃO acredito que o barbudo.br tenha manipulado, só se for outro barrigudo.br tentando mudar o spam.br para tunisia.br.

Conheça o "testamento do ineficiente Comitê Gestor da Internet" feita a dois anos atrás. Clique [aqui](#)

Participe, envie a sua denúncia para jan@kanopus.net para divulgação no caderno "Estelionato Legalizado"

Todos os 840 mil internautas que tem domínios e são extorquidos pela Fapesp sabem que no acordo Registro.br consta o CNPJ da Fapesp, no Boleto bancário também mas na Nota Fiscal não..., porque se negam a fornecer NF. Não são tolos... Entretanto o domínio registro.br sempre esteve irregular. Primeiro durante 10 anos em nome de pessoa física! (veja [aqui](#)) e agora em nome da empresa NIC.BR fundado pelos donos do CGI.BR. Na realidade isto é um truque para confundir um Juiz, na hora H é só mencionar que a ação de perdas e danos do internauta foi feita contra o CNPJ da empresa errada e terá que pagar todas as despesas judiciais novamente.

Por trás o internauta foi enganado pelo CGI.br: ele foi informado no acordo que o CNPJ do Registro.br é da Fapesp mas

consultou o CNPJ do Registro.br no Registro.br que informou o CNPJ do NIC.br e não da Fapesp. Se ele quisesse o CNPJ correto do Registro.br teria que escrever Fapesp.br e não Registro.br no Registro.br.

Um gato pingado e barbudo, sentado em cima da metade de R\$ 200 milhões de reais extorquido dos internautas (a outra metade sumiu!!!), garante que o "Modelo de Gestão de Monopólio e Extorsão de Domínios de Internet está sendo copiado por outros países". Manda alguns barrigudos para a Tunísia com assuntos sobre SPAM, enquanto aqui no Brasil o Sr. Demi Getsko da IG acaba com o Movimento Brasileiro de Combate ao SPAM.

Monopólio da Fapesp na berlinda. 22/01/2001- "Nos Estados Unidos o cenário era o mesmo - até o governo decidir quebrar o monopólio da Network Solutions. Atualmente, mais de 50 empresas têm autoridade para registrar os domínios .com, .org e .net, considerados internacionais. O Comitê Gestor parece decidido em manter o vínculo com a Fapesp. O presidente do CG, Raphael Mandarino, disse que o serviço é um dos melhores do mundo e que está, inclusive, sendo copiado por outros países. "O modelo americano é uma burrice. As empresas querem é faturar". (link) As empresas Fapesp e Nic.BR (de propriedade dos donos do Comitê) já faturaram cerca de R\$ 200 milhões, graças as nossas doações anuais de R\$30,00. Dinheirinho limpo livre de impostos e controle do TCU é só embolsar a metade.

O ministro da Ciência e Tecnologia não soube explicar aonde foram parar os R\$ 64 milhões extorquidos dos internautas e que sumiram no governo Lula. Confirmou os R\$ 100 milhões depositados na conta e ainda chamou o denunciante de "irresponsável" na Coluna www.claudionunberio.com.br (veja aqui). Deve ter sido mal informado pela Fapesp, porque no término do FHC já tinha R\$ 90 milhões na conta (veja aqui) e em 2 anos e meio de governo Lula, a juros de cdi (1,12% ao mês) teria aumentado para R\$ 122 milhões e não R\$ 100 milhões conforme o Comitê Gestor (veja aqui).

Se o Comitê Gestor não tivesse feito absolutamente nada no governo Lula (o que já teria seria muito útil para o Brasil) e também não extorquido nada dos internautas, teria R\$ 32 milhões só em juros em caixa além dos R\$ 90 milhões deixados pelo período FHC. Descontando uns R\$ 2 milhões para uso pessoal do Comitê como: uma super festa de 10 anos com caneta laser de brinde, centenas de viagens para o exterior em especial Mar del Plata e ainda todo o mês R\$ 60 mil para a Fapesp (veja aqui) pelo péssimo serviço de registro de domínios no Brasil

Só que o Ministro esqueceu que após o FHC nos 32 meses do governo Lula, graças ao decreto presidencial (veja aqui) continuaram sendo extorquido R\$ 30,00/ano dos 800 mil internautas que tem domínios registrados, o que corresponde a um adicional de R\$ 64 milhões. O interessante é que no bolso do denunciante "irresponsável" não estão os R\$ 84 milhões! (64 + 20 dos juros) e destes o denunciante "irresponsável" contribuiu com R\$ 40 mil em doações obrigatórias para Fapesp e descobriu que tudo sumiu! Mas aonde estão os R\$ 64 + 20 milhões?

É um dever cívico denunciar qualquer maracutaia que esteja acontecendo com o dinheiro público. Foi o que o denunciante "irresponsável" fez ao encaminhar ao Presidente em 05/04/2005 e 12/04/2005 que reencaminhou para o MCT para análise e eventuais providências. No dia 28/04/05 o MCT encaminhou, rotulado como pizza, para o CGI.BR que chamou o laçao Fapesp, especialista em amparo a pesquisa de pizzas para semanalmente azucarar o denunciante "irresponsável" com solicitação de documentação por "suposta existência de irregularidades nos dados de cadastro"... e sacanagens do tipo, "não recebemos a documentação enviada por sedex, envie de novo".

Na semana seguinte da declaração de "denunciante irresponsável" (3 a 6/10/2005), possivelmente por sugestão do Ministro da Ciência e Tecnologia, foram feitos doze pedidos de solicitação de contrato social de empresas com sites hospedados com o denunciante "irresponsável" como forma de castigo por ter denunciado o sumiço de R\$ 84 milhões no governo Lula. A declaração inicial do Comitê era com o dinheiro extorquido construir um prédio semelhante a do ex-juiz Lalau para abrigar os computadores, mas preferiu deixar em um data center da Hewlet Packard e controlado por uma empresa de Miami. e a Fapesp passou a se dedicar a surrupiar domínios genéricos, repassa-os para o CNPJ de um entreposto, uma panificadora em SP, que fica na esquina da mansão do "Notório Saber em Internet" (cargo criado pelo Ex-Min José Dirceu) e a seguir são vendidos no mercado

Escândalos: Hélio Jaguaribe no JB. - São estarrecedores, por sua gravidade e amplitude, os escândalos que vêm sendo revelados pelos diversos inquéritos e pela imprensa, em função das denúncias do "mensalão", feitas pelo recém-cassado deputado Roberto Jefferson. Constatou-se que dirigentes do PT, associados ao ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu desenharam para carross-chave de inúmeros órgãos públicos pessoas de confiança do partido, com total

independência de critérios de competência e idoneidade, para o fim da apropriação ilícita de recursos públicos, estes por sua vez canalizados para o ex-tesoureiro do partido e utilizados para fins eleitorais e, o que é ainda mais grave, para transferir, de outros partidos para os aliados ao PT, mediante compensação monetária, grande número de parlamentares. (Blog do César Maia) Será que isto tem alguma relação com o estranho cargo "Notório Saber em Internet" no Comitê Gestor Internet Brasil criado pelo Ex-Min. José Dirceu?

Surrupião de Domínios: O Comitê Gestor Internet, não satisfeito em somente extorquir R\$ 2 milhões todo o mês dos internautas, atua cada vez mais na transferência ilegal de domínios. Veja detalhes clicando no: blog.com.br, dor.com.br, empresadus.com.br, arquipelago.com.br, empregados.com.br. Sem contar os sumiços dos contratos sociais enviados para a Fapesp!!! (clique aqui) além da reserva de alguns domínios estranhos como acougues.com.br, abatedouros.com.br, etc reservados pelo governo para abater partidos políticos ...

O paulista Carlitos Vogal, funcionário grávido e abastado pelo Registro.br (cnpj 43.828.151/0001-45), enjouou de contar os dois milhões que pingam mensalmente pela fresta da porta dos fundos direto na conta Banespa ag. 105 cc. 72400-2. Mudou de profissão e passa o seu tempo atazanando empresas paranaenses. Primeiro congelou uma série de sites como: Jornal do Bacacheri, Jornal do Boqueirão e dezenas de outras. Depois deu um jeito de surrupiar domínios genéricos de alto valor de varias empresas paranaenses. De tanto procurar achou um errinho num cadastro do domínio costelaocolonia.com.br. O nome da empresa no contrato solicitado urgente pelo sedex consta "Restaurante Churrascão Colônia Murici Ltda." e não "Costelão Colônia" como é conhecido e se não atualizar em dois dias perde o domínio e consequentemente o site, e-mails e toda divulgação feita há 4 anos em cima da sua própria marca. Basta não consultar o e-mail em 2 dias. Quem quiser consultar informações públicas sobre empresas vai no site da Receita e não da Fapesp. O bolso do paulista Carlitos deve estar abarrotado de domínios surrupiados. Só do Paraná foi um monte. Nos prazos costumam iniciar a contagem por e-mail algumas horas antes de final de sexta, início de feriado, natal, carnaval, ano novo ou em uma greve da Receita. Se o internauta não abrir o e-mail no feriado está lascado! Só não entendo porque andam envolvido com roubo de domínios de empresas paranaenses. O mais estranho é que quem define um cargo grávido como a do Carlitos é o governador de SP Geraldo Alckmin.

Sobre os objetivos do Comitê Gestor Internet Brasil: ... O documento dos caras ignora solenemente a existência dos objetivos definidos para o Comitê Gestor (CG) pela Portaria 147/95, e parte para uma escancarada proposta tecnocrática, que concentra as atividades do CG exclusivamente no filé da administração do registro.br (recolher dimdim) e procura promover uma inclusão digital exclusiva para seus companheiros de terceiro setor pois a participação direta do username:povo na tal da governança foi devidamente deletada da proposta. ... (texto completo e Autor)

O ministro de Ciência e Tecnologia Sergio Resende não parece muito interessado em averiguar o recente sumiço de mais de R\$ 64 milhões, assim como a extorsão de mais de R\$ 200 milhões de 800 mil internautas e em vez disto tenta calar o denunciante através do cancelamento do site www.interjuris.com.br por "suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro de domínio". Veja como funciona

Usando esta técnica a Fapesp já conseguiu surrupiar dezenas de domínios e ainda sistematicamente cancelar temporariamente vários sites de empresas paranaenses, mesmo estando com as taxas de extorsão pagas. Isto é parecido com as taxas de extorsão cobradas nas favelas em troca de proteção e no caso da internet em troca de um domínio. A diferença é que mesmo pago podem cancelar seus e-mails, sites e domínios a qualquer momento.

Anti-Spam: em outubro de 2000, a favor da IG, Demi Getschko do IG.br e Frederico Neves da Fapesp cancelam o domínio antispam.org.br e consequentemente a atividade do Movimento Brasileiro de Combate ao SPAM. Agora com quase R\$ 200 milhões extorquidos dos internautas contratam e pagam passagens internacionais para o empregado Henrique atuar na atividade Anti-Spam, ignorando o Movimento Brasileiro de Combate ao Spam.

Como ganhar periodicamente R\$ 2 milhões além dos 2 milhões extorquidos todo o mês? O Ministério das Comunicações enviou 2 representantes para garantir uma receita maior no bolso dos donos do Nic.br, diminuindo para 0 dias o prazo de divulgação do início do leilão de mais de 80 mil domínios. Isto interessa a milhares de internautas mas que são excluídos pela Fapesp por não acessarem a cada 15 dias o site www.registro.br que divulga o leilão que dura 15 dias. E mesmo que acessem ainda vão ter dificuldades em encontrar a lista completa dos domínios que fica cronositalmente "meio" escondida. Veja o porque desta suieira!

A Fapesp anuncia através do CGLbr mais um golpe de R\$ 4,8 milhões: a de "registro de domínios com acento". É fácil calcular: 800 mil domínios, sendo 20% com acentuação, perfaz um acréscimo de 160 mil domínios x R\$ 30,00 doados = R\$ 4,8 milhões /ano no caixa livre de imposto de renda ou qualquer controle federal ou estadual. É só por a grana no bolso!!!! (obs.: o uso do hífen já implicava em pagar dobrado).

"Isto é uma grande bobagem (o uso de acentos), é uma forma que o pessoal tem para ganhar dinheiro... Pode ser importante para países como China, Taiwan, com caracteres totalmente diferentes, mas não no Brasil. Isso tende a formar uma porção de ilhas na internet", rebateu Demi Getschko". Veja [texto](#). Pelo jeito os 4,8 milhões / ano falaram mais alto e mudaram a opinião do Demi Geschko após ele abrir a megaempresa Nic.br para receber os \$\$\$

Dono do CGLBr garante que os R\$ 2 milhões extorquidos todo o mês "pertencem ao Comitê Gestor e não à Fapesp, que se encarrega gratuitamente de todo o serviço de registro contábil. Os gastos são efetuados segundo regras rígidas estabelecidas pelo CGI, e têm sido utilizados na aquisição de equipamentos de suporte à operação do próprio registro e no pagamento à Fapesp de R\$ 60 mil mensais fixos pelo ressarcimento direto de suas despesas, o que inclui, entre outros encargos, a manutenção da infra-estrutura correspondente". Veja o [texto](#).

O domínio "registro.br" de propriedade particular de Frederico Augusto de Carvalho Neves conforme consulta em 10/01/2005, cadastrado irregularmente durante 10 anos seguidos, sem CNPJ e sem CPF, foi vendido para o megagrupo empresarial "Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR" CNPJ 05.506.560/0001-36 de propriedade de Demi Getschko que também acumula o título "Notório Saber em Internet" conforme [portaria Interministerial](#) do José Dirceu. Paralelamente conforme declaração do próprio Comitê Gestor sumiram R\$ 64 milhões da conta e supomos que foi devido a compra do domínio "registro.br". Veja a [foto](#) dos responsáveis e os [integrantes](#) do CGLbr e alguns donos do megagrupo empresarial NIC.br. O valor ficou um pouco acima dos míseros 830 mil dólares pagos pela mulher do Bill Gates pelo domínio drugs.com (semelhante a farmacias.com.br).

Tem alguém mentindo... Em 2003 CGLbr informou que a Fapesp tinha extorquido R\$ 90 milhões dos internautas (clique [aqui](#)), só que em 2005 (32 meses depois), Marcelo de Carvalho Lopes, coordenador do CGI e secretário de política de informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, jura de pé junto que aumentou míseros R\$ 10 milhões (clique [aqui](#)). E o resto??? se a cada mês entram 2 milhões, fora os adicionais obtidos de 2 milhões em cada processo de liberação de domínio e ainda os que entram pelo fundo através da manipulação dos domínios.

Será que a Ministra Dilma Rousseff terá coragem para:

- 1) alterar o valor abusivo da [III \(ligado a casa civil\)](#) de R\$ 500 mil para R\$ 50 de forma que qualquer contador ou provedor de internet possa prestar o serviço de "chaves públicas" e consequentemente baixando o valor do CNPJ digital de R\$300,00 para R\$ 10,00 para todas as empresas brasileiras?
- 2) eliminar o ridículo cargo de *Notório Saber em Internet* no Comitê Gestor Internet (CGLbr) que só pode ser preenchido por um "assessor da presidência da Fapesp" devido a uma [portaria Interministerial](#) do José Dirceu?
- 3) acabar com o NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36 cujos donos são os antigos proprietários do CGLbr?
- 4) redistribuir a receita dos estados para seus próprios estados em vez do decreto presidencial que define que a retribuição de R\$ 200 milhões vai para Fapesp e permite que outra parte vá para o bolso dos donos do NIC.br?
- 6) devolver os R\$ 200 milhões extorquidos pela Fapesp dos 800 mil internautas, por ordem do CGLbr?
- 7) devolver os R\$ 10 milhões para as 20 empresas que pagaram R\$ 500.000,00 ao III da casa civil?

Governo mostra rigor nas investigações de denúncias de corrupção no serviço público. "Estamos investigando as denúncias de forma responsável, sem pirotecnia, para responsabilizar os envolvidos, contribuindo, dessa forma, para a formação de uma cultura baseada na ética e na moralidade, indispensável ao fortalecimento das instituições democráticas do país", ressalta o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires. Interessante a divulgação do SECOM em 9/9/2005 entretanto fiz a denúncia, por ser um serviço de "caracter público" conforme site registro.br, e veja o que aconteceu:

Após a denúncia ao governo das maracutaías do CGLbr (Comitê Gestor Internet), o assunto foi parar no Ministério da Ciência e Tecnologia, que encaminhou dia 28/04/05 para o CGLbr, que tentou cancelar os domínios "kanopus.com.br, ebdi.com.br, interjuris.com.br e outros através da "suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro blá, blá...". Em vez do MCT verificar no bolso de quem foi parar os 100 milhões e as manipulações de

128

domínios brasileiros pelo CGLbr, filial da Fapesp, simplesmente tentam calar o denunciante.....

Os 100 milhões de reais sumiram após uma portaria Interministerial, assinado pelo Min. José Dirceu, coordenado por Arduur Pereira Nunes, tel. (61) 317-7532), incluir um "assessor da presidência da Fapesp" como membro permanente no Comitê Gestor Internet (CGLbr), usando um argumento muito comum na época da idade média "Notório Saber em Internet". Infelizmente desconhecia o título real: NSEPB (Notório Saber em Encher o Próprio Bolso). Não é a toa que o CGLbr / NICbr atuam com se fosse uma filial da Fapesp e a tendência natural é defender os lucros da Fapesp e o internauta que se dane....já pagou os R\$ 30,00 anual.... se não pagar corta-se o domínio.

A ganância da Fapesp em extorquir o internauta chega a ficar ridículo. Primeiro enviam 4 e-mails informando o prazo de 30 dias para pagar a doação obrigatória anual: 4 x R\$30,00. Logo a seguir enviam outro e-mail informando o prazo de 5 dias, caso contrário perde os 4 domínios. Veja os e-mails. Pior que temos que se sujeitar a isto, porque graças ao Comitê Gestor Internet o monopólio de domínios é da Fundo de Amparo aos Picarelas do Estado de São Paulo. Resta um consolo porque um dos domínios é raticidas.com.br, presume-se que é para comprar raticida usado para eliminar ratos por lá.

Ainda bem que 800 mil internautas pagam docilmente os R\$ 30,00 / ano e sustentam toda a maracutaia, resultando em R\$90 mil pingando limpinho por dia útil na conta da Fapesp. Tudo manipulado longe da receita e do internauta. Um único mês corresponde ao valor que a Revista Veja noticiou de 1 milhão de dolares do Farc.

Para enrolar mais o sumiço do dinheiro os antigos donos do CGLbr criaram em 06/01/2003 uma associação particular chamada NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36, cuja má intenção já tinha sido denunciada em 23 de junho de 2001!. A técnica é simples: a Fapesp extorque dos internautas e repassa para NIC.br que pode fazer o que bem entende porque prestou um serviço qualquer para a Fapesp. Outra parte dos 100 milhões de reais que já sumiram supõe-se que foram para o PTT.br que é de uma empresa chamada Terramark do Paraguai, desculpe Miami e usa o datacenter da HP (Hewlett-Packard). Pelo jeito os datacenter nacionais são péssimos demais. PTT.br quer dizer "ponto de troca de tráfego de empresas nacionais" mas que é controlado pelos EUA graças ao CGLbr.

A inteligência da Fapesp é realmente excepcional: caso o status do CNPJ esteja diferente de ativo na Receita Federal a empresa não pode ter o seu próprio domínio registrado em seu próprio CNPJ! Esta decisão ainda é apoiado pelo colégio de acéfalos que compõe o CGLbr. Se voce não fez o imposto ou tiver alguma pendência com o leão o status do CNPJ fica inapto. A seguir você tem 5 dias p/ retirar os domínios ou perde tudo!. Veja aqui.

Os cariocas tentam reaver 18 milhões para aplicar no Infovia RJ em 2003. Clique aqui. Na realidade ficaram chupando dedo, porque dinheiro doado é doado, não se devolve!. Ainda bem que os cearenses, mineiros, gaúchos, etc., não ligam para estes míseros valores e não precisam de verba para aplicar nos projetos de inclusão digital. Preferem que a metade dos 200 milhões seja aplicado em SP e não ligam se a outra metade sumiu....

A sociedade anseia por justiça "Os pequenos ladrões roubam um homem; os grandes roubam cidades e reinos; os pequenos furtam sempre sob risco; os grandes furtam sem temor; os pequenos - se furtam - são enforcados; os grandes furtam e enforcam". Artigo de Alberto Calixto Mattar Filho.

Muito bom o novo visual do registro.br da Fapesp. Pena que retiraram na parte da imprensa os comentários dos jornais aonde diz que a verba arrecadada se destina a construir um prédio para a Laenic. Dizem as más línguas que é algo semelhante ao prédio do Lalau. Pelo menos o valor já é equivalente, só falta o prédio aparecer. O site já mostra a alteração para a **Mega Empresa chamada NICBr.**

Muito boa a festinha dos 10 anos de Internet, regado com champagne importado e tudo pago por 800 mil inter-nautas. Se você doar logo seus R\$30,00 do domínio não irá se arrepender e poderá ver as fotos de outras festas.

Para cada R\$ 30,00 doados para a Fapesp: R\$ 1,00 são custos declarados, R\$ 2,00, custos do boleto, R\$ 12,00 ficam no Banespa ag. 105 cc 72400-2 para ser aplicado na inclusão digital em SP e **R\$ 15,00 somem...** Ainda bem que 780 mil internautas não sabem disto... Pague logo R\$ 30,00 para não perder o seu domínio.

Qualquer empresa de internet precisa de IPs (endereços de internet) que são fornecidos gratuitamente pelo Comitê

Gestor Internet Brasil. Mas se falar mal do ITI.br, CGI.br, NIC.br e Registro.br = Fapesp, esqueça, é melhor fechar as portas e mandar os funcionários embora. Se é de graça não tem como exigir.... O jeito é ser conivente com as maracutaia e ficar quieto.... Eu por exemplo, não consigo nem um pedacinho de IP.

O Governador Geraldo Alckmin, reclamou recentemente na mídia do Governo Federal reter míseros 50 milhões na conta bancária. Entretanto integrantes do Conselho Gestor da Fundação Fapesp indicado pelo governador, já conseguiram obter em doações forçadas mais de R\$ 130 milhões de todos os outros estados brasileiros para ser aplicado no inclusão digital no estado de SP. Dinheiro limpo. Não precisa ser lavado! Longe da receita Federal e Tribunal de contas. Portanto pague logo os seus R\$30,00 / anuais para não perder o seu domínio.

Não é a toa que trocaram o texto: " Não fornecemos nota fiscal por ser doação" por "Não fornecemos nota fiscal por ser um serviço de caracter público". (que nada tem a ver com o estatuto de uma fundação).

Os acéfalos do CGI.br resolveram em 4/5/2005, simplesmente cancelar a divulgação pública do endereço e telefone de cerca de 1 milhão de internautas, restando somente o da empresa. Qualquer pessoa com um pouco de inteligência iria acrescentar um botão no sistema aonde o próprio internauta decide se deseja ou não a divulgação do seu endereço e telefone, como acontece com uma lista telefonica. Por trás disto existe uma sacanagem maior que é obrigar as empresas a divulgarem o endereço que consta no CNPJ em vez do endereço de correspondência desejado. Se não o fizer perde todos os domínios!!!, como já ocorreu. Nem o boleto de doação bancária para a Fapesp não chega no endereço correto. Em geral o contato técnico do domínio é o provedor de hospedagem e este também deixa de ser divulgado na internet.

Solicitado a inclusão no Livro dos Recordes Brasileiro e Guinness: Maior valor extorquido ilegalmente no Brasil: R\$ 200 milhões pelo Comitê Gestor Internet Brasil. Maior valor parado por 3 anos com juros embolsados: R\$ 90 milhões na conta Banespa ag. 105 cc 72400-2. Maior valor sumido: R\$ 110 milhões do Banespa ag. 105 cc 72400-2 pelo grupo NIC.br/CGI.br/Fapesp. Maior número de internautas enganados a doar R\$ 30,00/ano: 800 mil. Empresa mais rentável com somente 2 funcionários: Registro.br com receita de 2 milhão/mês limpinho sem imposto

Voce sabe o que é domínio genérico? São domínios como pao.com.br, queijo.com.br, farmacias.com.br etc. e tem um alto valor no mercado por representar o produto e diminuir as despesas de marketing.. Não é a toa que nos primórdios da internet a Sra. Getschko registrou homepages.com.br, ou que a esposa do Bill Gates tenha comprado o domínio drugs.com (equivalente a farmacias.com.br) em um leilão nos EUA, por 830 mil dólares!!!

Voce sabe o que é direito presumido? Caso voce queira um domínio genérico o Comitê Gestor Internet, consegue-o facilmente, desde que concorde com as maracutaia da Fapesp. Veja por exemplo o domínio genérico arquipelago.com.br que foi para a empresa Arquipelago Engenharia enquanto o arquipelagoengenharia.com.br continua vago.... Foi uma das experiências de direito presumido homologado pelo CGI.br que deu certo...

Qualquer provedor ou empresa de informática pode gerar chaves públicas. É um simples software inventado pelos americanos. Só que é ilegal!!!. Para ser legal tem que ser indicado pela Receita Federal que só indica empresas como Serpro e alguns Sebraes que pagaram R\$ 300 mil para o ITI.GOV.BR ligado a casa civil do José Dirceu e ITI.br do Sérgio Amadeu do CGI.br e fundador do NIC.br. Até o final de 2006 todas as empresas brasileiras são obrigadas a terem CNPJ digital que requer uma Chave Pública que custa somente R\$ 300,00 ou se preferir a multa na Receita é de R\$ 500,00 !!! A decisão do empresário é simples: é melhor pagar R\$300,00 do que R\$500.

Não acredito... os acéfalos do CGI.br - Comitê Gestor Internet, levaram 10 anos e ganharam R\$ 200 milhões, livres de impostos federais, estaduais ou qualquer outro controle; para chegar a conclusão que "A Fapesp durante 10 anos não teve poder legal para representar o Comitê Gestor Internet..." mas só podia recolher 200 milhões.

Fapesp sendo processada para devolver em dobro o que cobrou irregularmente. Se der certo são R\$ 400 milhões que voltam para os internautas. Participe contactando jan@kanopus.net.

Segurança Nacional na Internet implementado pelo CGI.br
Ao acessar uma página ou enviar um e-mail para outro ".br" ou para o Presidente da República peça a benção para a Hewlett-Packard e Terremark. Eles controlam todo o tráfego internet nacional. E por favor pague logo seus R\$ 30,00 para

manter o Russo o maior tempo possível em Mar del Plata, diminuindo os prejuízos para o Brasil.

Como ganhar periodicamente R\$ 2 milhões além dos R\$ 2 milhões extorquidos todo o mês? Simples, o russo da Fapesp cortou 41 dias no "processo de leilão de domínios" (de 02/04 a 17/04) sobrando somente 19 dias, eliminando desta forma milhares de internautas. Como a cada leilão são liberados até 80 mil domínios x a obrigação do internauta doar R\$ 30,00/cada, resulta num lucro adicional de R\$ 2 milhões limpinho e sem impostos fiscais. O leilão acontece mesmo 30 dias após a divulgação "A Fapesp perde o registro de domínio", que voltou para Nic.Br, fundado pelos antigos donos do CGlbr, perpetuando a extorsão.....

Os milhões de internautas brasileiros que acabam descobrindo tardiamente que o domínio desejado já está em mãos de terceiros, que se danem, pois são considerados lerdos demais pelo grupo que compõe o Comitê Gestor Internet Brasil a filial mais rentável da Fapesp. Se bem que 99% dos integrantes do CG são somente figurativos, não apitam nada e o restante funcionários da Fapesp. Lógico, o controle tem que continuar em casa.....

Como eliminar concorrentes no leilão de domínios? Clique no botão *ajuda Fapesp*, consequentemente a empregadinha da Fapesp elimina o seu concorrente por não conseguir enviar a documentação da empresa em 10 dias corridos a partir da emissão do e-mail. Alguns e-mails são enviados dia 27/12/2004 e o domínio cancelado por falta de documentação em 03/01/2005 às 7:54 da manhã, evitando o sedex 10! Só se for na China que isto dá 10 dias.... Só não entendo porque uma empregada da Fapesp tinha tanto interesse no domínio "empregadas.com.br".

Graças ao nosso eficiente CGlbr: "... a FAPESP resolveu unilateralmente converter o PTT, um serviço sem fins lucrativos que, tal como o próprio ccTLD, deveria ser considerado um bem público, numa operação empresarial, vendendo-o a uma empresa de Miami (Terremark). Portanto, o principal ponto de comutação de dados do Brasil passou a ser operado por uma empresa norte-americana"..... (texto completo e autor). Fisicamente saiu tudo das dependências da Fapesp e mudou para o data center da Hewlett-Packard operado pela Terremark (do Paraguai, desculpe Miami). Pelo jeito a Fapesp considera as empresas no Brasil incompetentes demais até para manter um Data Center ou operar um serviço público ou andou escorregando alguns dólares no bolso do Fredi ou do Russo.... O CGlbr menciona somente o sistema Internet Software Consortium (pega mal mencionar uma empresa de fora), não mencionam valores e nem a petulância em informar as comissões pessoais não informaram....

O que fazer com o dinheiro extorquido? Os R\$ 100 milhões que o CG jura de pé junto (a 3 anos seguidos o mesmo valor!) está na conta Banespa ag. 105 cc 72400-2, corresponde ao lucro da TV Globo em 1 ano. A diferença é que a última empresa milhares de pessoas e a primeira fica numa escura salinha em São Paulo e só requer duas empregadas. Mas, onde estão os outros R\$ 100 milhões??? Já perguntei, e elas verbalmente informaram que "não sabemos, só alguns pingados acabaram sendo gastos em lingerie e ainda acabamos esquecendo de pagar a conta de luz da salinha do CG". De longe via-se um homem barbudo sumindo furtivamente. Parecia ser um russo e estava com os bolsos transbordando uns papéis verdes. Uma caiu no chão e antes do vento levar, deu para ler claramente a escrita "In God We Trust" ("No trintão dos internautas nós confiamos").

Pérolas do mês: _____

"os gastos anuais com a manutenção do sistema de registro (incluindo mão-de-obra, software e equipamentos) somam aproximadamente R\$ 720 mil. Descontada a taxa de inadimplência, que está em 15%, sobram R\$ 3 milhões para o comitê aplicar em projetos para o desenvolvimento da Internet em todo o país." Isto foi escrito em 1999 !!!!! clique aqui (agora são 200 milhões, isto é dos R\$ 30,00, R\$ 1,00 são custos e R\$ 29,00 são embolsados!!!!). Ainda bem que você é um dos 800 mil que pagaram todo ano sem reclamar!, parabéns, continue assim! em vez de aplicar em algo útil como o Fome Zero aplique no bolso da trinca do CG.

"Já Carlos Afonso lamenta que não haja informações nos sites da Fapesp e do comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino. Ele afirma que, inicialmente, o site do comitê apresentava vários projetos de serviços, o que não acontece

mais. Outra reclamação de Afonso se refere ao número de grupos de trabalho, que, segundo ele, vem diminuindo" Isto foi escrito em 1999 !!!! clique [aqui](#). Nada a ver com o assunto, mas alguém já viu um ladrão declarar seus gastos?????!

"Falta só descobrir qual a empregada da Fapesp/Registro.BR ou do CGIBR que se beneficiou da transferência ilegal, a toque de caixa, dos domínios citados !!!!" Isto foi escrito em 2005!!!! clique [aqui](#)

"Nos Estados Unidos existe a figura dos registrars (agentes), que remetem à base do registry (base de dados do DNS)." A base de dados a 10 anos cobra US\$6,00 por domínio e o Agente a partir de US\$6,90 (imposto incluso) do internauta. No Brasil o Demi Getschko deu um jeito de acabar com o Agente, para ficar tudo com a Fapesp, só esta brincadeira rendeu R\$ 200 milhões, que não são de ninguém e ainda acabou com centenas de empresas novas que poderiam ter surgido no Brasil, em vez de engordar o bolso da Fapesp

Agora para esconder os 200 milhões mudaram o registro de domínios no Brasil, da Fapesp para Nic.br Na realidade ambos os bolsos, o da direita e esquerda estão lotados. Não precisam mais..

Você sabia que o Nic.BR foi criado pelos membros do antigo CGIBR e que com a transferência da Fapesp para o Nic.BR o controle acaba voltando aos membros do antigo CGIBR de forma a perpetuar a extorsão? E ambas não estão classificadas como Oscip "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público", na Secretaria Nacional de Justiça, e até o uso da palavra Fundação é ilegal?

Quem me garante que um hacker não conseguiu entrar nos computadores da Fapesp e tenha grampeado ou desviado e-mails ou sites do .mil.br, serpro.gov.br, caixa.gov.br ou outros? Veja como isto pode acontecer.... Mas não se preocupe. graças a Fapesp foi transferido tudo da Fapesp para a Hewlett-Packard e operada pela Terremark, e se houver algum desvio interno no Brasil será culpa dos americanos, segundo Pontius Fapesp Pilatus.

Não obstante, o NIC.br verificou, também, que no campo superior do site "interjuris.com.br" consta a seguinte frase, conforme comprova Ata Notarial anexa (doc. 14):

"As denúncias encontram-se atualizadas. Clique aqui: www.abusando.org"

Ao acessar o referido endereço www.abusando.org, de titularidade da entidade INTEL ART CORP e de responsabilidade do réu RONALDO CARDONETTI (doc. 15), e clicar na opção "Denúncias", o NIC.br teve conhecimento de novas afirmações difamatórias imputadas a ele e a seus membros da diretoria executiva (doc. 16).

Eis o conteúdo do referido site:

"WWW.ABUSANDO.ORG DENÚNCIAS - Área destinada a denúncias de internautas

É um direito seu exigir Nota Fiscal do CGI.br sobre tudo que você pagou nos últimos 12 anos.!!!! Clique [aqui](#) (9/9/06)

O CGI.br não confia nos datacenters brasileiros, não é atoa que usam o datacenter da HP - Hewlett-Packard (clique [aqui](#)) e tudo é controlado por uma empresa chamada Terremark do Paraguai, desculpe Miami (clique [aqui](#)). Constatamos que os e-mails do registro.br vem do IP 200.160.2.3 e o identificador de origem www.ipgeo.com.br detectou como "Provável ser fora do Brasil"... Será que o CGI.br se instalou nas ilhas Caimans ou na Suíça? Só um Notório Saber em Internet para nos responder.(23/9/06)

Quem costuma apagar rastros na calada da noite? Com a internet mudou a forma e o procedimento. Ao acessar um site fica uma copia da página armazenado no seu computador local. No caso de uma simples consulta de domínio no site do registro.br ou documentação no CGI.br, nada fica no seu computador! a não ser que imprima! Caso detecte alguma inconsistência você não pode provar nada na justiça. Até os backups da internet mundial no site www.archive.org foram bloqueados pelo CGI.br a partir de 3/2005 (23/9/2006)

Em cada leilão fraudulento (clique [aqui](#)) que propicia receitas acima de 1 milhão de reais para CGI.Br o mesmo gasta uma nota em auditores para acompanhar o leilão tomando cafezinho na frente do micro. O que os auditores não sabem é que as maracutaias (clique [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)) acontecem depois do leilão quando já foram para casa e embolsaram uma boa grana pelo serviço de dar credibilidade ao suposto leilão. Só a imprensa nunca foi convidada... e você pode imaginar o porquê? (9/9/06)

O Comitê Gestor Internet Brasil, parece um "bazar de produtos" de tantos empresários entrando e saindo com produtos embalados em caixas com nomes estampados e saírem aparentemente satisfeitos após uma reunião em um sala qualquer do jurídico. Será que eles conseguiram o domínio? (22/9/06)

Uma mão lava a outra e as duas depenam 960 mil internautas" é um dito popular que se aplica ao observar que o Sr. Antonio Tavares da Abranet (Associação Brasileira de Provedores de Acesso) foi colocado como Representante dos Provedores no CGI.br de propriedade do Demi Getschko e também na ONG NIC.BR de propriedade do mesmo Demi. A retribuição de favores veio logo com o Sr. Demi Getschko agraciado com cargo no Conselho Consultivo Superior da Abranet na qual o Sr. Tavares é o presidente. Clique [aqui](#). Tudo através do voto! e enquanto isto 960 mil internautas pagam religiosamente R\$ 30,00 para o CGI.br repartir entre os socios (clique [aqui](#)) usando a ONG NIC.br deles (clique [aqui](#)) (9/9/06)

Nas audiências judiciais, o Sr. Demi Getschko (CPF clique [aqui](#)), chega mal vestido aparentando para o Juiz como se fosse um pobre coitado acompanhado de 3 seguranças, desculpe advogados, mas no Registro.BR chega com cada carrão graças aos seus trintão! (9/9/06)

Na principal audiência criminal do ano no dia 24/8/2006, na qual o Comitê Gestor da Internet no Brasil acusou o Sr. Jan Struiving de difamação no site

interjuris protocolada na 3. Vara Criminal Federal do Paraná, estavam de um lado do tribunal 4 pessoas: o Sr. Demi Getschko preposto do Comitê Gestor Internet Brasil, o "sábio" Sr. Demi Getschko ocupante do cargo "Notório Saber em Internet" do CGI, (condecoração que o próprio Sr. Demi sugeriu e saiu rapidinho após declarar gastos de 22 milhões de reais) (clique [aqui](#)), também estava o Sr. Demi Getschko, Assessor da Presidência da Fapesp, acompanhado dos Srs. Demi Getschko, Membro representante do Brasil na ICANN (Internet Corporation for Assigned Name and Numbers) autorizado pelo Dep. de Comércio do governo dos EUA (clique [aqui](#)), o Sr. Demi Getschko, quase dono do Abranet (Associação Brasileira de Provedores) e o Sr. Demi Getschko, presidente da poderosa ONG particular NIC.br, acompanhado de 3 (três!!!) advogados, afinal o dinheiro público (os trintões) de 900 mil internautas foi extorquido e tem que ser gasto de uma forma ou de outra e 3 advogados é uma delas!!! Do outro lado da mesa estavam o Sr. Jan Struiving (Proprietário da EBDI considerada pelo CGI uma firma falida após conseguirem em 2.000 extorquir 50 mil dela) ao lado de seu representante legal, o advogado Dr. Marcus Reis. Basicamente o Comitê queria que o Sr. Jan se retrata-se no site interjuris.com.br e com o direito de ampliar a retratação no site do CGI.br. Como o Sr. Jan respondeu em tom bem claro e de fácil assimilação um sonoro "NÃO" foi então marcada outra audiência para o dia 5 de outubro de 2006 com a tentativa de um desfecho diferente daquele tentado pelo Sr. Demi Getschko na audiência do século. (27/08/06)

Infelizmente o Dono da Internet no Brasil perdeu a melhor oportunidade da vida dele para esclarecer a 950 mil internautas, porque o Comitê Gestor pagava em 2003 R\$ 60 mil por mês para a Fapesp pelo serviço de registro de domínios (clique [aqui](#)) que por sua vez cobrava R\$ 2 milhões por mês dos internautas (R\$ 30 x 900 mil) e no meio disto o Sr. Demi declarou gastos de R\$ 22 milhões de reais sendo que os computadores e salários do Registro.Br eram pagos pela empresa UNIEMP de propriedade do Presidente da Fapesp.(clique [aqui](#)) isto após o Registro.br ser expulso de dentro da Fapesp pelo Tribunal de Contas do Estado de SP Clique [aqui](#) (só esqueceram de expulsar os depósitos milionários que continuaram por mais 3 anos, uns R\$ 90 milhões (900 mil registros x R\$ 30,00/ano); as dezenas de leilões fraudulentos de domínios promovidas pela Fapesp, cada um com receita limpa de quase R\$ 2 milhões clique [aqui](#) e nem questionaram porque a Fapesp emitiu 3.470.678 boletos de extorsão ou porque o Sr. Demi do CGI.br, usando o argumento "gastos", sumiu com R\$ 22 milhões da conta da Fapesp.clique [aqui](#)). Segundo o relatório do Demi Getschko subentende-se que o TCE-SP só se preocupa com pessoas e tem ogiriza a contas. O CGI.br tentou enrolar os internautas (clique [aqui](#)) Mas afinal quem embolsou estes milhões? Só um Notório Saber em Internet para nos esclarecer, ou será que o CGI.br comprou o TCE-SP? (21/09/06)

Presidente da Fapesp é cargo de confiança decidido pelo governador do Estado de SP. Alckmin prevê gastos de campanha de R\$ 85 milhões - Estadão 05/07/2006 (clique [aqui](#))

Como sempre o Tribunal de Contas de SP nem percebeu que a Fapesp extorquiu, por ordem do CGI.br, R\$ 50 mil da empresa paranaense EBDI, sem contar as centenas de outras empresas brasileiras extorquidas. Pior após falir a empresa o Comitê Gestor anuncia em letras garrafais no site www.cgi.br sobre empresário paranaense em dificuldades, só não mencionaram que foram eles mesmo que extorquiram R\$ 50 mil do empresário (clique [aqui](#)). A reportagem foi feita pelo Sr. Demi Getschko, Diretor de Tecnologia do Agestado da Folha SP. Mas o CGI.br em vez de se preocupar com "meras recomendações" (parecer de procurador) na área de Internet preocupa-se em através da Fapesp e NIC.br a extorquir empresas e divulgar no site do próprio Comitê as empresas que conseguiram falir. Quem tem o poder de sumir R\$ 90 milhões pode fazer qualquer coisa.

Após 12 anos de extorsão o Comitê Gestor Internet Brasil descobriu que existe Nota Fiscal e que toda empresa paga imposto de renda. No início o Registro.br simplesmente informava no site que não emitia Nota Fiscal por ser uma doação! Os 3.470.676 boletos emitidos por uma década não eram "taxas" (taxa tem que ser aprovado pelo congresso) mas uma "retribuição de manutenção" para a Fundação de Amparo ao Estado de São Paulo (Fapesp). Desta forma conseguiram por 10 anos lubrificar a Receita Federal e a TCU porque tudo foi contabilizado como doação (somente Fundação tem estas regalias, nem partido político tem) Resumindo: a metade dos R\$ 240 milhões sumiu e a outra metade está apodrecendo sem juros na conta da Fapesp. (27/8/06)

Comitê manipula clientes de sites de hospedagem: "Tenho um micro empresa de hospedagem de sites (uma entre os 3 mil existentes no Brasil) e um dos clientes me ligou falando que não estava homologado! Fui verificar o cadastro da empresa dele no Registro.br e de fato o Comitê Gestor Internet Brasil vem tentando retirar os usuários da minha hospedagem e de milhares de outras hospedagens e incentivando-os a transferir para cerca de 1/2 dúzia de empresas de hospedagem coligadas a ONG NIC.br. Descobri que uma das empresas de hospedagem da coligação NIC.br foi homologado 7 dias antes (clique [aqui](#) e [aqui](#)) do anúncio público em 3/7/2006 (clique [aqui](#) e [aqui](#)) além disto não existe nada no D.O.U. sobre o assunto e nada sobre as regras de homologação, somente que se entrar no esquema deles ganho 3,00 de cada 30,00 reais extorquidos dos usuários mas fico sendo responsável por qualquer problema judicial em relação ao nome do domínio! Afinal de contas, com que direito o CGI.br / NIC.br vem tentando transferir os meus clientes para outra hospedagem indicada por eles?" (Rodrigo, 27/08/06)

O Registro.br baixou em 7/2006 a extorsão do registro de R\$ 30,00 para R\$ 27,00 (clique [aqui](#)) mas apenas para provedores (clique [aqui](#) e [aqui](#)) que assumirem o ônus jurídico da escolha do nome de domínio. Como é o provedor que vai ter que cobrar do interessado, na prática quem vai embolsar os R\$ 3,00 é o banco através das despesas financeiras. (27/08/06)

Cuidado para não ser enganado! A ONG NIC.br cujos donos são os mesmos que o CGI.br (clique [aqui](#)), costumam solicitar pagamento de domínios através de depósito bancário na conta da Fapesp! Apesar de ter feito o depósito de 120 reais no mesmo dia para 4 domínios, enviado o comprovante através do velho e arcaico FAX do Correios (não aceitam scanear e envio por e-mail), não devolveram dois deles e após reclamar levaram os outros dois. Resultado embolsaram R\$ 120,00 e ficaram com os domínios: [locadora.com.br](#), [materiaiscolares.com.br](#), [fornoeletrico.com.br](#), [fornomicroondas.com.br](#). Como a conta da Fapesp é uma doação enganaram também a Receita não pagando o imposto, mas será que enganaram até os próprios sócios do NIC.br ou todos os sócios participaram? clique [aqui](#) e conheça os sócios do NIC.br. (27/08/06)

Segue as contas corretas e evite também ser enganado pelo NIC.br:
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
Fapesp: Banespa ag. 105 cc. 72400-2 CNPJ 43.828.151/0001-45
Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.BR
NIC.br: Banespa ag. 105 cc. 3917001-5 CNPJ 05.506.560/0001-36

Nos EUA o ICANN (órgão de registro de domínios e credenciado através de contrato pelo Dep. de Comércio do Governo dos EUA), cobra 0,6 centavos de dólares de cada registro anual que sai a partir de US\$6,00. Aqui no Brasil, na terra de ricos, o CGI.br (órgão de registro de domínios desligado do Ministério da Ciência e Tecnologia) cobra R\$ 27,00 de cada registro e oferece R\$ 3,00 a provedores homologados. "O modelo americano é uma burrice. As empresas querem é faturar". declara o CGI. (clique [aqui](#)) De fato a ONG NIC.br de propriedade particular do CGI.br faturou mais de R\$ 20 milhões em 9 meses e a Fapesp mais de R\$ 240 milhões em 10 anos. (27/8/06)"

Importante salientar que o COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL-CGI.br, órgão que delegou competência ao NIC.br para o exercício das atividades elencadas na Resolução nº 001/2005, promoveu face ao autor das referidas difamações, Sr. Jan Struiving, ação penal privada-queixa crime - Processo nº 2006.70.00.009663-9, que tramita pelo MM. Juízo de Direito da 3ª. Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba-PR (doc. 17). No entanto, essa ação ainda se encontra em fase instrutória pelo fato de o Sr. Jan Struiving esquivar-se ao seu interrogatório (doc. 18).

Em decorrência das difamações formuladas pelo réu JAN STRUIVING, o CGI.br e o NIC.br, à época FAPESP, receberam ofícios expedidos pelo Ministério Público Federal de sua Procuradoria da República no Distrito Federal, Representação nº 1.16.000.001924/2005-21 (doc. 19), da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, Representação nº 1.22.000.003631/2005-81 (doc. 20) e, também, da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, Representação nº 1.34.001.001421/2005-27 (doc. 21), os quais foram devidamente

respondidos esclarecendo e rechaçando todas as afirmações contidas no site "interjuris.com.br".

Necessário dizer, também, que foi instaurado Inquérito Policial, que recebeu o nº 147/2005, em decorrência do termo de depoimento prestado pelo réu Ronaldo Cardonetti ao MJ-Departamento de Polícia Federal, onde constam, mais uma vez, difamações assacadas contra o NIC.br e seus membros, o Comitê Gestor da Internet no Brasil e a FAPESP (doc. 22).

Eis o que dizem as citadas alegações:

"Compromissado na forma da Lei. Aos costumes disse nada. Inquirido pela Autoridade, o depoente RESPONDE: Que o depoente é Comissário de Bordo da empresa Americana A ir Lines, exercendo também outro trabalho na área de Internet, mais precisamente, prestando serviços no registro de domínios e assessoria em hospedagem de domínio e implementação de redes de informática; Que através de seu amigo JEAN STRUIVING, cujo endereço sito na travessa Alcídio Rocco, nº 5, Bairro Afonso Pena, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 08305-160, cujo telefone seria 041-3283-5064 e 041-9903-1089, tomou conhecimento de uma fraude milionária ocorrida da FAPESP-FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO e CGI-COMITÊ GESTOR DA INTERNET; Que esclarece que a FAPESP possui uma verba para o fomento da INTERNET realizada através de doações efetuadas por taxas feitas por pessoas físicas ou jurídicas que compõem o seu caixa; Que tal verba iniciou-se no governo FERNANDO HENRIQUE CARDOSO no valor aproximado de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) e que sabe ter havido desvio desses milhões através de seu amigo JEAN STRUIVING; Que procurou a Polícia Federal tendo em vista que no seu entedimento na Internet do Brasil possui âmbito nacional, portanto, ser de interesse da União o combate da fraude por ele descoberta; Que no início do governo LULA a pessoa de JOSÉ DIRCEU, que seria posteriormente Ministro da Casa Civil, indicou para o cargo de Responsável Tecnológico pelo CGI a pessoa de DEMI GETSCHKO, que teria a responsabilidade pelo gerenciamento dos milhões supra citados pelo depoente; Que a pessoa de DEMI GETSCHKO manipula até a presente data os registros de domínio, assim como suas transferências; Que tais fraudes possibilitariam o encarecimento para uso dos registrantes; Que esclarece que a conta-corrente pertencente à FAPESP pertencia ao Banco BANESPA e que o gestor DEMI a encerrou abrindo nova conta na mesma instituição, porém, em nome de NIC.BR, braço do CGI; Que nessa transferência de numerário ocorreu a fraude dos milhões supra citados, segundo o depoente deixaram de entrar na nova conta o equivalente a R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais), o equivalente a 4 (quatro) anos de arrecadação recebida pela FAPESP; Que acredita o depoente que tais milhões tenham sido apropriados indevidamente pelas pessoas

responsáveis pelo CGI; Que segundo o depoente o ex-ministro JOSÉ DIRCEU em conluio com outros políticos ligados ao PT e seus aliados, teriam indicado o Sr. Demi Getschko, a fim de que o mesmo desviasse os milhões de reais pertencentes a FAPESP para ser abastecido um 'caixa político'; Que tais informações lhe foram fornecidas por seu amigo JEAN STRUIVING através de denúncias anônimas provenientes da FAPESP; Que o depoente esclarece, inclusive, que a pessoa de DEMI além de dirigir o CGI- Comitê Gestor da Internet trabalhou para o provedor INTERNET GENERATION-IG, trabalha para o OESP-ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, grupo este ao qual pertence o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, atuando como assessor tecnológico no Grupo supra citado, possuindo, inclusive, uma associação por acreditar haver interesse por parte de DEMI no repasse de informações 'privilegiadas' de interesse comercial para a aquisição de domínios registrados na FAPESP; Que possui documentação em mídia não há tendo em seu poder neste momento, porém, se compromete quando solicitado em fornecê-la; Que esclarece os documentos que encontram-se em mídia conteriam nomes, valores que demonstrariam a fraude praticada no órgão chamado FAPESP. No mais disse,..."

Em atenção à solicitação feita pelo Escrivão de Polícia-Chefe do 7º Distrito Policial da Lapa-SP, foram apresentadas informações relacionadas ao referido Inquérito Policial, refutando cabalmente todas as alegações feitas por Ronaldo Cardonetti (doc. 23). Este inquérito encontra-se em fase instrutória, em razão de ter sido expedida Carta Precatória à Comarca de São José dos Pinhais para o depoimento do Sr. Jan Struiving.

Tais fatos tomaram proporção tamanha que foram até objeto de reportagem veiculada no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, o que demonstra ser de conhecimento público as difamações imputadas pelos réus ao NIC.br (doc. 24).

Se ainda não bastasse todo o estrago causado pelos réus JAN STRUIVING e RONALDO CARDONETTI através das difamações contidas nos sites "interjuris.com.br" e "abusando.org", o réu Jan Struiving ainda envia e-mails que se propagam pela rede mundial de computadores internet, contendo as inverídicas afirmações por ele criadas, conforme comprova cópia de alguns e-mails em anexo (doc. 25).

Não resta ao autor outra alternativa senão ingressar com esta ação, tendo em vista que a única solução justa e legal para o caso presente é a proibição da divulgação das difamações imputadas ao NIC.br em qualquer meio, seja na internet ou não, e, ainda, a condenação

dos réus no pagamento de indenização por dano moral, visando não só reparar o abalo sofrido, como também desestimular a prática desse ilícito.

V-DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Os fatos expostos no item anterior versam sobre a divulgação de fortes ofensas ao NIC.br, pelos réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti, através da rede mundial de computadores internet.

Como é cediço, a liberdade de opinião é um direito fundamental, devidamente garantido no art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal, que assegura a todos a livre manifestação de idéias. Eis o que diz o citado artigo:

“é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

No entanto, analisando as afirmações imputadas pelos réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti ao NIC.br, já citadas, cuja veiculação se pretende coibir, verifica-se que houve abuso no exercício da liberdade de expressão, uma vez que os réus ultrapassam os limites toleráveis dessa liberdade, com a única intenção de ofender, difamar, injuriar o autor, atribuindo-lhe a prática de crimes que sequer foram ou podem ser comprovados, uma vez que jamais foram praticados.

As difamações divulgadas pelos réus contra o NIC.br denigrem o conceito de qualidade e confiabilidade construído há anos por esse órgão perante os usuários de internet no Brasil, o que, de fato, não se pode admitir.

Meritório citar um trecho da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos da apelação nº 103.662-4/6-00 (doc. 26):

“Mas não é só. Com efeito, a Carta Magna, assegura a enfocada liberdade, porém pune o abuso capaz de configurar o ilícito penal e civil, assegurando, neste último caso, o ressarcimento material e moral, que é nesta ação buscado (art. 5º, incisos IV e V, CF).”

O caráter perverso, injurioso e sarcástico das

23
8

afirmações formuladas pelos réus nos sites “interjuris.com.br” e “abusando.org”, reflete claramente abuso no exercício do direito da liberdade de expressão.

Neste caso, não há dúvidas da configuração de dolo nos atos praticados pelos réus, uma vez que houve livre e consciente vontade deles em atacar a reputação do NIC.br através da veiculação de atos inverídicos, caracterizando o ilícito não só na esfera criminal como na cível.

Segundo o princípio do estado de inocência estampado no art. 5º, LVII, da nossa Carta Magna, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Portanto, mesmo que houvesse, o que se admite apenas para argumentar, qualquer procedimento ou ação visando apurar algum ilícito praticado pelo NIC.br, não poderiam os réus imputar-lhe essas acusações. Os réus atribuem ao NIC.br a prática de irregularidades que não foram e não serão provadas, uma vez que esses atos não foram praticados pelo NIC.br. Essas alegações já foram fartamente refutadas no Ministério Público Federal e na 7ª Delegacia de Polícia da Lapa/SP.

Vale a pena citar a decisão proferida pela 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, no recurso de apelação cível nº 255.3044/8-00 (doc. 27):

“Não há qualquer prova nos autos, por outro lado, de que o autor tenha sido indiciado ou condenado, por participação em qualquer irregularidade nas empresas citadas. Neste contexto, conclui-se que nada se provou, por meio do devido processo legal, a respeito das ‘irregularidades’ que o réu atribuiu ao autor.

Argumento que é muito caro para o réu, nas ações em que pleiteia ele próprio dano moral porque sente ofendida sua honra, é o de não se poder acusar sem provas. Também ressalta o princípio constitucional do estado de inocência, para reforçar que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória...

Sabedor de tais princípios, que invoca a seu favor quando lhe é conveniente, nada mais justo que os aplique e respeite, em relação ao outro.

O réu agiu de forma ilícita, porque imputou ao autor a prática de irregularidades não provadas, relacionadas à administração pública,

[Assinatura]

denegando sua reputação.

Por outro lado, na concepção moderna da teoria da reparação do dano moral prevalece, como ensina o sempre autorizado Mestre CARLOS ALBERTO BITTAR, 'a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação. Com isso, verificado o evento danoso, surge ipso facto, a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito. Dessa ponderação, emergem duas consequências práticas de extraordinária repercussão em favor do lesado: uma é a dispensa da análise da subjetividade do agente; outra é a dispensa de prova do prejuízo em concreto'

Na determinação da reparação devida há fatores que devem ser considerados. A este respeito ensina CARLOS ALBERTO BITTAR: 'Há certos fatores que influenciam a determinação da reparação devida, identificados e discutidos na doutrina e, por vezes, incluídos em textos legais. Inserem-se neste contexto, fatores subjetivos e objetivos, relacionados às pessoas envolvidas, que na prática acabam influenciando no espírito do julgador, a saber, de um lado, a análise do grau de culpa do lesante e a eventual participação do lesado na produção do efeito danoso, e de outro, a situação patrimonial e pessoal das partes e a proporcionalidade ao proveito obtido com o ilícito.' (Grifos nossos).

Com a divulgação das mencionadas ofensas ao NIC.br os réus transgrediram, também, o princípio constitucional contemplado no art. 5º, X, segundo o qual, *"são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente dessa violação."*

A aplicação deste preceito constitucional não se restringe apenas às pessoas físicas, conforme já explanado, resguardando igualmente as pessoas jurídicas que também são possuidoras de imagem e conceito, sendo passíveis de sofrerem não apenas o dano material, mas também o moral.

As difamações propagadas pelos réus fazem com que os usuários da rede mundial de computadores no Brasil tenham dúvidas quanto à idoneidade do NIC.br, construída ao longo dos anos, o que, de fato, é intolerável. Não se pode permitir que atos inverídicos divulgados pelos réus destruam a imagem de um órgão que há mais de 10 anos zela de forma ilibada pelos assuntos relacionados à internet no Brasil.

Ainda mais quando se trata de um órgão notoriamente conhecido no âmbito nacional e internacional. Os danos causados pelos réus à reputação do NIC.br talvez jamais possam ser

reparados. Para se imaginar a amplitude desse dano bastaria supor o que ocorreria se essas difamações fossem imputadas a outros órgãos, como por exemplo, ao Conselho Superior da Magistratura, à Ordem dos Advogados do Brasil ou ao Ministério Público. Uma vez divulgadas, as difamações causam estragos irreparáveis à imagem da entidade jurídica atingida.

Veja-se outra exemplar decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos da Apelação nº 40.087-4/3-00 (doc. 28):

“A articulista increpa ao apelante a prática de ‘crimes cometidos por governantes mal intencionados’, no editorial ‘Uma gestão privada para o Banespa’ (fls. 18). Em linguagem ríspido e incontrolado, adianta para os leitores: ‘Aliás, nessa história de perdedores, o troféu da vitória é erguido pelos criminosos, os ex-governadores, etc’

Com a infamante balda de criminoso, isto é, aquele que deve ser castigada por crimes perpetrados, na expectativa, como diz o jornal, que a ‘Justiça não os deixe impune’ (fls. 18), o apelante sofreu injúria e difamação.

Mais não é preciso transcrever para identificar o exercício abusivo da liberdade de manifestação de pensamento e da informação, reprimindo pela legislação especial (Lei de Imprensa nº 5.250/67), e principalmente pela Constituição da República.

Vale dizer: os danos morais hão de ser reparados, em atendimento aos direitos do apelante, garantidos pela condição de cidadão e pessoa humana, digna de respeito, independentemente das críticas que se lhe possam ser irrogadas, em virtude da atuação político-administrativa. Os adgestos ignominiosos suplantam os limites da liberdade de imprensa.

Houve, em abreviado, culpa da ora apelada, que de fato não se preocupou em avaliar a potencialidade da ofensa.

(...)

Entretanto, na espécie sub judice o excesso desvela-se intolerável, representativo de real exprobração, típico vitupério a merecer reprovação, seja ou não intencional, já que suficiente a culpa (Lei nº 5.250/67, art. 49).

É preciso se despojar de mínimo sentimento de dignidade pessoal, de auto-estima, para aceitar o epíteto degradante de criminoso, de autor de crimes infames cometidos contra a coisa pública, sem se sentir ofendido. Bem por isso, em contrapartida, impõe-se o reconhecimento do ato ilícito e a correspondente obrigação de indenizar o dano moral causado.

(...)

Quando ainda suspeito ou acusado da autoria criminosa, ao apelante estava assegurado a garantia de não ser considerado culpado, correspondendo ou não essa palavra a criminoso (C.F., art. 5º, LIV). Já por aí a crítica acerhada ultrapassa os padrões toleráveis do ius criticandi; fere o direito do ex-governador de São Paulo, independente do seu eventual conceito popular, da confirmação ou não das críticas generalizadas tecidas a respeito de sua atuação, aqui não sujeita a exame. A defesa do interesse público não vai a ponto de inspirar calúnias apaixonadas.

É preciso não confundir liberdade de expressão com licenciosidade: 'Liberdade não significa mais ausência de limitações desagradáveis, e sim a presença de limitações agradáveis. 'Não adquirimos a liberdade satisfazendo o que desejamos, e sim eliminando o nosso desejo' (Epitecto). Em suma, liberdade é a não-liberdade para fazer o mal, enquanto a liberdade de se afastar do caminho certo é licenciosidade. 'se uma licenciosidade desenfreada de palavra e de escrita fosse concedida a todos, nada permaneceria sagrado e inviolado... Desta forma, a licenciosidade ganharia o que a liberdade acabaria perdendo' (Encíclica Libertas)' (NOBERTO BOBBIO, Dicionário de Política, Ed. Universidade de Brasília, pg 712).

(...)

Não se olvide, pois, frente ao ordenamento jurídico, que antes da condenação o acusado tem o direito de não ser taxado de culpado, e muito menos de criminoso.

Por mais arguto que se apresente o raciocínio dos arrazoados da apelada, infere-se da notícia e dos respectivos comentários, o escopo de atribuir concretamente ao apelante a consumação de delitos penais ainda não definidos, mas relatados como se já proclamada a culpabilidade, como se não existisse alternativa ao próprio Poder Judiciário.

O direito fundamental à respeitabilidade humana cairá no vazio das inutilidades, se houver complacência com a violação, a pretexto da interpretação semântica da ofensa." (Grifos nossos).

Outras decisões nesse sentido merecem ser citadas:

DANO MORAL - Publicação editada pela ré que afirma a existência de corrupção instalada no estado e que aponta ato praticado pelos autores como exemplo que demonstra essa assertiva - Inexistência, no caso, de mera notícia de fato verdadeiro consistente no aforamento de ação civil pública, constituindo juízo de valor que, caracterizando difamação, ofende a honra dos autores e lhes causa dano moral, juridicamente indenizável - Ato não abrangido pelo direito constitucional de livre manifestação do pensamento (artigo 5º, IV, da Constituição Federal) por constituir ofensa à honra de pessoa, que a Constituição declara inviolável, assegurando o direito a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação (artigo

5º, X, da Constituição Federal) - Provimento parcial ao recurso. (Apelação Cível n. 81.169-4 - São Paulo - 8ª Câmara de Direito Privado - Relator: Aldo Magalhães - 13.12.99 - M.V.)."

"INDENIZAÇÃO - Dano moral - Alegação de injúria e difamação - Ameaça feita através de correspondência - Prejuízo moral - Valor da indenização que merece devida adequação - Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível n. 60.234-4 - Barueri - 4ª Câmara de Direito Privado - Relator: Olavo Silveira - 22.10.98 - V.U.)."

Restou fartamente comprovado que os réus extrapolaram os limites permitidos para expressarem suas opiniões, violando com isso princípios e direitos resguardados constitucionalmente.

Com isso, fica demonstrado de forma cabal ser imprescindível a suspensão das difamações propagadas pelos réus e a reparação dos danos por eles causados.

VI. DO DANO MORAL

A imputação de responsabilidade civil aos réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti funda-se na violação de direitos do NIC.br, na ocorrência de um dano e do nexo de causalidade entre a ação praticada e o referido dano, conforme dispõem os arts. 927 ao 943 do Código Civil.

A ação comissiva praticada pelos réus consiste na divulgação de difamações através da rede mundial de computadores que denigrem a imagem do NIC.br. Estão presentes, assim, os elementos essenciais para configuração do ato ilícito, cuja consequência jurídica é o dever de indenizar: o fato lesivo voluntário, a ocorrência do dano e o nexo de causalidade entre o dano moral sofrido pelo NIC.br e a ação praticada pelos réus.

Eis o que diz Maria Helena Diniz, Direito Civil Brasileiro, 7º vol., pág 100:

"O vínculo entre o prejuízo e a ação designa-se 'nexo causal', de modo que o fato lesivo deverá ser oriundo da ação, diretamente ou como sua consequência previsível. Tal nexo representa, portanto, uma relação necessária entre o evento danoso e a ação que o produziu, de tal sorte que esta é considerada como sua causa. Todavia, não será necessário que o dano resulte apenas imediatamente do fato que o produziu. Bastará que se verifique que o dano não ocorreria se o fato não tivesse acontecido..."

Dano significa a diminuição ou subtração de um bem jurídico, a violação de um interesse e o dano moral é a ofensa à dignidade da pessoa, seja ela física ou jurídica, traduzida em violação aos direitos a ela inerentes.

Eis o conceito de dano por CARLOS ALBERTO BITTAR, em *Reparação civil por danos morais*, São Paulo, RT, 1993, p. 12:

“O Direito regula, na defesa dos valores maiores da sociedade e da pessoa, os efeitos decorrentes de fatos humanos produtores de lesões a certos interesses alheios protegidos e, com isso, garante a fluência natural e pacífica das interações sociais. O agente de fatos lesivos que lhe possam ser imputáveis, subjetiva ou objetivamente, arca com o ônus correspondente, tanto em seu patrimônio como em sua pessoa, ou em ambos, e assume a obrigação de indenizar danos provocados, contra ius, a pessoas, ou a bens e a direitos alheios. Dano é, nesse contexto, qualquer lesão injusta a componentes do complexo de valores protegidos pelo Direito, incluído, pois, o de caráter moral.”

Diante do que foi exposto e comprovado, vê-se que os atos praticados pelos réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti violam claramente o disposto nos arts. 5º, IV, IX, X e LVII da Constituição Federal, causando conseqüentemente inúmeros prejuízos ao NIC.br, o que justifica, *data venia*, a reparação desses danos pelos réus.

A reparação do dano moral significa, admitir a importância do bem violado, que deve ser protegido tanto quanto os bens materiais, compensar os danos sofridos e, ainda, desestimular a ação de quem pratica o ilícito.

Como já observado, a própria Constituição Federal, art. 5º, X, prevê o direito de indenização por dano material ou moral, quando ocorrer ofensa à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. A ofensa à imagem do NIC.br está claramente comprovada por conta de uma série de difamações formuladas e divulgadas pelos réus, tais como, prática de “mensalão”, “fraudes”, “sumiço de dinheiro”, “extorção”, “roubo”, “estelionato”, “formação de quadrilha”, “furto”, dentre outros crimes descritos nos sites “interjuris.com.br” e “abusando.org”.

Os mestres Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, em sua obra *Comentários à Constituição do Brasil*, 2º vol., dizem que:

"A novidade que há aqui é a introdução do dano moral como fator desencadeante da reparação. De fato não faz parte da tradição do nosso direito o indenizar materialmente o dano moral. No entanto, esta tradição no caso há de ceder diante da expressa previsão constitucional."

A responsabilidade é a obrigação imposta a uma pessoa de reparar os danos ou prejuízos causados a outrem, portanto, só aquele que praticou o ato ilícito é responsável pelo ressarcimento dos danos causados. Trata-se de pena imposta ao agente violador de um direito.

Comenta Fabrício Zamprogna Matielo, em *Dano Moral, Dano Material e Reparação*, 5ª edição, Editora Sagra Luzzatto, pág. 24/25:

"... o ato ilícito, justamente por contrário à ordem posta, somente dará origem a deveres, e nunca a direitos dele mesmo decorrentes. Isso porque, inversamente ao que acontece em se tratando do ato lícito, o irregular lesa direitos alheios. Verificado o dano, estabelecido o nexo causal entre conduta e resultado, emerge o dever de reparar."

A responsabilidade civil e o conseqüente dever de recomposição nascem, regra geral, da ilicitude da conduta do agente, isto é, da atuação que contrasta com os dispositivos normativos correspondentes à matéria"

Por todos os motivos aqui mencionados, não resta qualquer dúvida de que é cabível indenização pelos danos causados ao NIC.br, restando apenas apurar o seu montante.

Para isso o NIC.br pretende tão-somente considerar a justa reparação pelo dano sofrido, jamais se convertendo em fonte de enriquecimento.

Eis o entendimento jurisprudencial:

"Para a fixação do quantum em indenização por danos morais, devem ser levados em conta a capacidade econômica do agente, seu grau de dolo ou culpa, a posição social ou política do ofendido, a prova da dor" (TAMG, Ap. 140.330-7, Rel. Juiz BRANDÃO TEIXEIRA, ac. 05.11.92, DJMG, 19.03.93, pág. 09).

Levando-se em consideração o dano sofrido pelo NIC.br, que é um órgão notoriamente conhecido, a capacidade econômica dos réus, sendo o réu Jan Struiving comerciante e o réu RONALDO

CARDONETTI comissário de bordo e, ainda, o grau de culpa deles, o NIC.br requer a condenação dos réus JAN STRUIVING e RONALDO CARDONETTI no pagamento de indenização por danos morais fixadas em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada um.

VI- DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Frise-se que, de uma forma mais direta, busca-se com esta ação, a imediata tutela para que as difamações propagadas pelos réus sejam cessadas.

A antecipação de tutela requerida pelo autor está plenamente amparada no art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil, que dispõe:

“Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;”

PROVA INEQUÍVOCA – fumus boni iuris

O art. 273, do CPC autoriza a concessão da antecipação da tutela, desde que exista prova inequívoca que convença o juiz da verossimilhança da alegação.

O NIC.br atende inteiramente a esse primeiro requisito. Pelo visto, há prova inequívoca de que os atos praticados pelos réus denigrem a imagem do NIC.br, além de violarem vários dispositivos constitucionais, fato caracterizador do *fumus boni iuris*.

FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO – periculum in mora

A existência do *periculum in mora* exigido no inciso I, do art. 273, do CPC, também está presente nesta ação.

A concessão dessa medida é imprescindível, eis que, se mantidos os atos praticados pelos réus só irão prolongar os prejuízos e os danos sofridos pelo NIC.br. Não se pode deixar que os réus continuem propagando difamações contra o NIC.br, que denigrem a sua imagem.

O fundado receio de dano irreparável está demonstrado na possibilidade de a reputação e idoneidade do NIC.br ser prejudicada a cada dia, uma vez que quanto mais tempo as difamações sejam divulgadas e propagadas, mais usuários de internet terão conhecimento dessas inverídicas afirmações.

Eis o que diz LUIZ GUILHERME MARINONI, em Revista do Processo, vol. 79, págs. 110-111:

É possível a concessão da tutela antecipatória não só quando o dano é apenas temido, mas igualmente quando o dano está sendo ou já foi produzido. (...) Nos casos em que o comportamento ilícito se caracteriza como atividade de natureza continuativa ou como pluralidade de atos suscetíveis de repetição..."

Tudo isso permite ao NIC.br, pleitear, com fulcro nos arts. 273 caput, I, II, § 1º e 461, § 2º, 3º, ambos do Código de Processo Civil, a tutela jurisdicional, através de sua antecipação, para determinar aos réus JAN STRUIVING e RONALDO CARDONETTI que cessem qualquer forma de divulgação seja na internet ou qualquer outro meio, das difamatórias afirmações assacadas contra NIC.br contidas nos sites "interjuris.com.br" e "abusando.org", sob pena de, cada um incorrer em multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, ainda, para condenar o réu JORNAL FOLHA DE BACACHERI a interromper qualquer forma de divulgação das difamações contidas no item IV dessa peça, através do site "interjuris.com.br".

Como medida alternativa, caso os réus não cumpram a referida determinação se deferida for, requer, ainda, a expedição de Carta Rogatória ao provedor de hospedagem dos sites "interjuris.com.br" e "abusando.org", Califórnia Regional Intranet, Inc., para que indisponibilizem o conteúdo divulgado nestes sites.

VI. DO PEDIDO

Em razão de tudo, o NIC .br requer:

- 1) A concessão da antecipação de tutela, *inaudita altera pars*, com o objetivo de:
 - a) determinar aos réus JAN STRUIVING e RONALDO CARDONETTI que cessem, de imediato, qualquer forma de divulgação seja na internet ou qualquer outro meio, das difamatórias afirmações assacadas contra o NIC.br contidas nos sites “interjuris.com.br” e “abusando.org”, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada um deles até final decisão;
 - b) determinar ao réu JORNAL FOLHA DE BACACHERI que interrompa qualquer forma de divulgação das difamações contidas no item IV dessa peça, através do domínio de sua titularidade “interjuris.com.br”;
 - c) se deferidos os pedidos descritos nos itens “a e b”, e caso os réus os descumpram, requer, ainda, a expedição de Carta Rogatória ao provedor de hospedagem dos sites “interjuris.com.br” e “abusando.org”, California Regional Intranet, Inc., para que indisponibilizem o conteúdo divulgado nestes sites.
- 2) Ao final, confirmar a antecipação de tutela, julgando-se procedente a presente ação, para determinar:
 - a) a cessação de qualquer veiculação difamatória relacionada ao NIC.br, seja na internet ou qualquer outro meio, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada um dos réus JAN STRUIVING e RONALDO CARDONETTI;
 - b) a condenação dos réus no pagamento de indenização por danos morais, fixados em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada um deles;
- 3) A citação dos réus no respectivo endereço fornecido, para, querendo


contestarem a presente ação, sob pena de se presumirem verdadeiros todos os fatos narrados na inicial, para que, ao final seja a demanda julgada totalmente procedente;

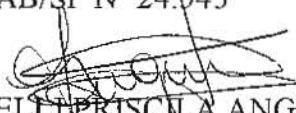
- 4) Por fim, a condenação dos réus no pagamento das custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

Pede, também, que as futuras intimações sejam feitas em nome dos advogados: Francisco de Assis Alves, OAB/SP nº 24.545 e Kelli Priscila Angelini, OAB/SP nº 193.817, com escritório na Avenida das Nações Unidas, 11541, 7º andar, São Paulo, Capital, e CEP: 04578-000.

Dá-se a esta o valor de R\$ 200.000,00
(duzentos mil reais).

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 1º de novembro de 2006.


FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB/SP Nº 24.545


KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817